



Celulose Irani S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ n.º 92.791.243/0001-03

NIRE 43300002799

Em atendimento ao disposto nos artigos 9º, inciso III, 10º e 12º, da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, apresentamos:

- ***Formulário de Referência - itens 12.6 a 12.10, relativamente ao candidato indicado para eleição como membro do Conselho de Administração apoiado pelo acionista controlador (Instrução CVM n.º. 480 – Anexo 24, item 12.6 a 12.10)***
- ***Proposta de remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13 (remuneração) (Instrução CVM n.º. 480 – Anexo 24, item 13)***
- ***Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM n.º. 480 – Anexo 24)***
- ***Proposta de Destinação do Lucro Líquido (Instrução CVM n.º. 481 – Anexo 9-1-II)***



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 10
Formulário de Referência - itens 12.6 a 12.10

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Os atuais membros do Conselho de Administração da Celulose Irani S.A. foram eleitos em Assembléia em 29.04.2009 com prazo de mandato de 2 anos (até a AGO que aprovar as contas do exercício de 2010).

Está sendo proposta para a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 30.04.2010 a eleição de um novo membro para o Conselho de Administração, apoiado pela Administração e pelo acionista controlador.

Segue abaixo os dados relativos ao candidato apoiado pelo acionista controlador, ressaltando que os itens “e” até “h” serão definidos por ocasião da Assembléia Geral.

- a. **Nome:** Jorge Juerecy Oliveira da Cunha
- b. **Idade:** 55 anos
- c. **Profissão:** Bacharel em Ciências Contábeis
- d. **CPF ou número do passaporte:** CPF 198.903.540-04
- e. **cargo eletivo ocupado:** A ser eleito na AGO de 30.04.2010
- f. **data de eleição:** A ser eleito na AGO de 30.04.2010
- g. **data da posse:** Na data da eleição
- h. **prazo do mandato:** Cumprirá o prazo do mandato do atual Conselho de Administração
- i. **outros cargos ou funções exercidos na Companhia:** Não há
- j. **indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Sim, será eleito pelo controlador

A atual Diretoria da Companhia foi eleita pelo Conselho de Administração de 07.05.2009, para um mandato de 2 anos.

Não há conselho fiscal constituído.



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 10
Formulário de Referência - itens 12.6 a 12.10

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

A Companhia não possui comitês estatutários ou não estatutários, comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Jorge Juerecy Oliveira da Cunha

Bacharel em Ciências Contábeis, nos últimos 5 anos atuou como Diretor na Companhia Província de Crédito Imobiliário, até abril de 2.008, sendo responsável pelas áreas administrativa e financeira, controladoria, tecnologia da informação, contabilidade e planejamento. Em 2008, passou a ser consultor de negócios do Grupo Habitasul e, em fevereiro de 2009, foi eleito diretor da Companhia Habitasul de Participações, atuando na área Administrativa e Financeira e Operacional, bem como, presta serviços as empresas controladas.



Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 10
Formulário de Referência - itens 12.6 a 12.10

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não houve qualquer condenação criminal ao membro indicado para o Conselho de Administração nos últimos 5 (cinco) anos.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não houve qualquer condenação em processo administrativo da CVM.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não houve qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial do membro indicado para o Conselho de Administração.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores da Companhia

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre o membro indicado para eleição como conselheiro e os administradores da Companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre o membro indicado para eleição como conselheiro e os administradores da Companhia, de controladas diretas ou indiretas.



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 10
Formulário de Referência - itens 12.6 a 12.10

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre o membro indicado para eleição como conselheiro e os administradores da Companhia, suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre o membro indicado para eleição como conselheiro e os administradores da Companhia e de suas sociedades controladoras diretas e indiretas.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido pelo membro indicado para o Conselho de Administração e sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido pelo membro indicado para o Conselho de Administração e o controlador direto ou indireto da Companhia.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido pelo membro indicado para o Conselho de Administração e fornecedores, clientes, devedores ou credores da Companhia, suas controladas ou controladoras.



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

Proposta da Administração

Remuneração Global dos Administradores

Em atendimento ao artigo 12 da Instrução CVM n° 481 de 17 de dezembro de 2009, a Administração da Celulose Irani S.A. encaminha à Assembléia Geral a seguinte proposta de remuneração anual global da Administração para o exercício de 2010:

Remuneração anual global da Administração: R\$ 5.500.000,00

O montante proposto refere-se à remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Celulose Irani, para o período de maio de 2010 a abril de 2011 e compreende: i) honorários fixos e benefícios e ii) bônus de curto prazo vinculados a metas a serem atingidas.



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

Formulário de Referência – Item 13

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A administração da Companhia é desenvolvida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva eleita estatutariamente. A Companhia não mantém Conselho Fiscal permanente nem comitês.

A prática de remuneração da diretoria executiva busca:

- i) alinhar os interesses dos executivos aos dos acionistas;
- ii) direcionar o comportamento e estimular a visão de curto e longo prazo dos executivos;
- iii) estimular o sentimento de propriedade e comprometimento;
- iv) atrair, reter e motivar os executivos.

b. composição da remuneração, indicando:

- i. **descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**
- ii. **qual a proporção de cada elemento na remuneração total**
- iii. **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**
- iv. **razões que justificam a composição da remuneração**

A remuneração da diretoria executiva é dívida em 3 (três) parcelas:

A – Honorários Fixos e Benefícios;

B – Bônus Trimestral – Remuneração Variável de Curto Prazo



Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

C – Upside e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos – Remuneração Variável de Longo Prazo

A- Honorários Fixos e Benefícios:

A remuneração fixa e os benefícios obedecem às condições e práticas de mercado para cada diretoria.

Esta parcela corresponde de 50% a 100% da remuneração anual do executivo, dependendo do alcance das metas da remuneração variável (parcela B).

O reajuste é feito anualmente de acordo com os índices de inflação ou movimentação do mercado.

É a remuneração fixa dos executivos.

B- Bônus Trimestral – Remuneração Variável de Curto Prazo

Complementa a remuneração fixa e é determinada em função do alcance de metas de curto prazo estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Esta parcela corresponde de 0% a 50% da remuneração anual dos executivos, dependendo do alcance das metas estabelecidas.

O cálculo é efetuado de acordo com pesos estabelecidos para determinados indicadores. Os indicadores são Lucro Consolidado, EBITDA Consolidado, EBITDA da Cadeia de Negócios que o executivo é responsável e Avaliação de Desempenho Individual.

O objetivo da parcela B é remunerar os executivos de acordo com as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração alinhadas aos interesses de curto prazo dos acionistas.

C- Upside ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos – Remuneração Variável de Longo Prazo

Está atrelada ao alcance de metas de longo prazo (2 a 3 anos) ou conforme decisão do Conselho de Administração.



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

Representa de 0% a 50% adicional a remuneração anual das parcelas A + B para o período de referência.

O cálculo é efetuado em função da variação do valor de mercado da Companhia calculado “pro forma” em um determinado período.

O objetivo da parcela C é remunerar os executivos de acordo com as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração alinhadas aos interesses de longo prazo dos acionistas.

Os conselheiros de administração recebem remuneração simbólica.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Lucro Líquido Consolidado, EBITDA Consolidado e EBITDA da cadeia de negócio, Valor da Companhia e Avaliação de Desempenho Individual.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

São estabelecidas metas trimestrais e anuais para a parcela B e plurianuais para a parcela C de modo que somente exista tal remuneração caso as metas sejam atingidas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os indicadores estabelecidos refletem a variação do valor da Companhia, a sua eficiência operacional e a saúde financeira.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns diretores recebem remuneração fixa e participação nos resultados das subsidiárias, em função do tempo de dedicação e responsabilidades assumidas perante tais empresas.



Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

NÃO APLICÁVEL

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular N° 03/2010.

Não há conselho fiscal constituído.

Exercício social encerrado em 31.12. 2009 (em R\$ mil, exceto números de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	6,50	5,42	11,92
Remuneração fixa anual	10,32	2.157,14	2.167,46
• Salário ou pró-labore	10,32	2.070,82	2.081,14
• Benefícios diretos e indiretos	n/a	86,32	86,32
• Remuneração por participação em comitês	n/a	n/a	n/a
• Outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	381,26	381,26
• Bônus	n/a	381,26	381,26
• Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

• Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
• Comissões	n/a	n/a	n/a
• Outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios por cessão do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração	10,32	2.538,40	2.548,72

Previsto para exercício social de 2010 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	7	6	13
Remuneração fixa anual	10,08	2.483,55	2.493,63
• Salário ou pró-labore	10,08	2.393,55	2.403,63
• Benefícios diretos e indiretos	n/a	90,00	90,00
• Remuneração por participação em comitês	n/a	n/a	n/a
• Outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	1.477,16	1.477,16
• Bônus	n/a	1.477,16	1.477,16
• Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a
• Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

• Comissões	n/a	n/a	n/a
• Outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios por cessão do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração	10,08	3.960,72	3.970,80

13.3. Em relação à remuneração variável do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há conselho fiscal constituído.

Exercício social encerrado em 31.12.2009 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	6,50	5,42	11,92
Bônus			
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	122,37	122,37
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	1.814,09	1.814,09
• Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	1.209,40	1.209,40
• Valor efetivamente reconhecido	n/a	381,26	381,26
Participação no resultado			
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a



Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

• Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
• Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	n/a	n/a
• Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a

Previsto para exercício social de 2010 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	7	6	13
Bônus			
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	0	0
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	2.215,75	2.215,75
• Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	1.477,16	1.477,16
• Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado			
• Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
• Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
• Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	n/a	n/a
• Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

NÃO APLICÁVEL

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Quantidade de ações detidas pelo:

Conselho de Administração: 61.394 ações

Diretoria Estatutária: 24.852 ações



Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO APLICÁVEL

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO APLICÁVEL

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

- ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
- i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO APLICÁVEL

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas



Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

NÃO APLICÁVEL

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

NÃO APLICÁVEL

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

13.11. Em forma de tabela, indicar, para o último exercício social, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2009.

Exercício social encerrado em 31.12.2009 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6,50	5,42
Valor da maior remuneração individual	1,44	570,15
Valor da menor remuneração individual	1,44	444,04
Valor médio de remuneração individual	1,59	468,34

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor

NÃO APLICÁVEL



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

13.13. Em relação ao último exercício social, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	% referente a controladores em 2009
Conselho	86,05%
Diretoria	44,40%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

NÃO APLICÁVEL

13.15. Em relação ao último exercício social, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Órgão	Exercício social encerrado em 31.12.2009 (em R\$ mil)
Conselho de Administração	290,03
Diretoria Estatutária	55,73

Esta remuneração refere-se a honorários e participação dos administradores.



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – Artigo 12
Proposta remuneração dos administradores e Formulário de Referência – item 13

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

(Dados apresentados de forma Consolidada e o termo Companhia utilizado no relatório compõe a Celulose Irani S/A e suas subsidiárias).

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais para cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo, e implementar sua estratégia de negócio. De acordo com as demonstrações financeiras de 31.12.2009, 44% da dívida total está no curto prazo. A Companhia está em processo de emissão de debêntures de espécie simples, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 100 milhões, com estimativa de liquidação para abril de 2010. Esta emissão é suficiente para fazer frente à necessidade de refinanciamento de 2010 e os níveis de alavancagem operacional (Dívida Líquida/EBITDA) cairão significativamente nos próximos anos. A administração entende que um índice de alavancagem operacional na casa das 2,5x é uma estrutura de capital saudável e eficiente, mantidos prazos médios de liquidação alongados.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i) hipótese de resgate; ii) fórmula de cálculo do valor do resgate

	<u>2009</u>	ah %	<u>2008</u>	ah%	<u>2007</u>
Total de dívidas	303.806	(19,2)	376.182	45,0	259.422
(-) Disponibilidades	<u>15.227</u>	223,3	<u>4.710</u>	(92,1)	<u>59.542</u>
Dívida líquida	<u><u>288.579</u></u>	(22,3)	<u><u>371.472</u></u>	85,8	<u><u>199.880</u></u>
Patrimônio líquido	90.104	80,4	49.943	(50,5)	100.936
Capital social realizado	63.381	-	63.381	-	63.381

A Administração da Companhia entende que os níveis de alavancagem (*Capital de Terceiros/Capital Próprio*) estão adequados ao momento de pós investimento, considerando que o Patrimônio Líquido ajustado as novas práticas contábeis, que serão integralmente adotadas a partir de 2010, terá acréscimo de aproximadamente R\$ 204



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

milhões, passando dos atuais R\$ 90 milhões para R\$ 294 milhões de acordo com as avaliações de ativos biológicos (florestas) e das terras pelo método *fair value*, (conforme notas explicativas nº 02 e nº 29, das demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009), que melhor refletem a sua situação patrimonial.

Os itens i e ii não se aplicam a Companhia.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A evolução da Dívida Líquida / EBITDA tem seu ponto de alavancagem mais elevado em dezembro de 2008, devido ao carregamento integral da dívida referente aos investimentos realizados no Projeto Superação (R\$ 160,8 milhões). A relação Dívida Líquida / EBITDA caiu de 6,35 vezes (dezembro de 2008) para 3,11 vezes (dezembro de 2009). Neste período houve, por um lado, o incremento do EBITDA e por outro a redução do endividamento pela liquidação da dívida e valorização do Real em relação ao Dólar e Euro.

A Administração da Companhia entende que, com a composição atual da dívida, com a emissão de debêntures no montante de R\$ 100 milhões, e levando em consideração a geração de caixa operacional EBITDA nos patamares apresentados em 2009, é perfeitamente possível honrar os compromissos assumidos no curto e no longo prazo.

Indicadores Econômicos Financeiros	2009	2008	2007
Faturamento líquido	380.786	388.391	350.400
Lucro líquido	44.069	(54.223)	14.595
Resultado financeiro	12.588	(91.189)	1.883
Endividamento oneroso líquido	288.579	371.472	199.880
Passivo exigível / passivo total	82,7%	91,1%	79,0%
EBITDA ajustado	92.818	58.511	55.055
Endividamento oneroso líquido / EBITDA	3,1	6,3	3,6

Nota: EBITDA é o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do nosso desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e nossa definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ou EBITDA ajustado conforme definido por outras Companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil uma medida do fluxo de caixa operacional, nossa administração o utiliza para mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

No EBITDA ajustado apresentado foram somados valores de Provisões (IPI e Contingências) de R\$ 4.581 em 2009, R\$ 10.238 em 2008 e R\$ 3.961 em 2007; e Eventos não recorrentes nos valores de R\$ (10.190) em 2009 e de R\$ 2.316 em 2008.

O prejuízo de 2008 decorreu basicamente da valorização do dólar frente ao real que provocou efeitos de variação cambial negativa na despesa financeira. Esta variação cambial teve efeito apenas econômico e foi praticamente toda revertida em 2009.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza linhas de curto prazo e de longo prazo junto a instituições financeiras para financiar sua necessidade de capital de giro.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para os investimentos do Projeto Superação realizado durante os anos 2007 e 2008, a Companhia captou recursos via financiamentos de pré-pagamento de exportação e de linhas BNDES (Finames) com vencimentos de longo prazo. Para financiamentos de capital de giro e demais investimentos a Companhia utiliza linhas de créditos disponíveis pelas instituições financeiras e que apresentam taxas de remuneração razoáveis.

A Companhia está em processo de emissão de debêntures de espécie simples, não conversíveis em ações, cuja colocação deverá ser feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição no valor de emissão de R\$ 100 milhões (cem milhões de reais). Os recursos obtidos com a emissão das debêntures serão utilizados pela Companhia para liquidação de dívidas de curto prazo e/ou dispêndios realizados e a realizar dentro das atividades da Companhia. As debêntures vencerão após 60 (sessenta) meses da data de emissão e serão amortizadas em 8 (oito) parcelas semestrais a partir do 18º (décimo oitavo) mês seguinte à data da emissão.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos que somavam R\$ 303.500, sendo que R\$ 134.775 representavam empréstimos de curto prazo e R\$ 168.725 empréstimos de longo prazo.

O endividamento líquido consolidado (com credores financeiros menos disponibilidades), em 31 de dezembro de 2009, foi de R\$ 288.579 e em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$ 371.472. Em 31 de dezembro de 2007, o endividamento líquido era de R\$ 199.880.

O endividamento total consolidado (com credores financeiros) em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 303.806, enquanto que, em 31 de dezembro de 2008, era de R\$ 376.182 e em 31 de dezembro de 2007, foi de R\$ 259.422.

Em 31 de dezembro de 2009, 44,5% do endividamento total correspondiam a dívida de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2008, essa relação era de 31,9%, e em 31 de dezembro de 2007 foi de 27,2%.

A tabela abaixo demonstra a dívida (com credores financeiros) de curto e longo prazo, bem como o patrimônio líquido da Companhia nos períodos indicados:



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Indicadores Econômicos Financeiros	<u>2009</u>	ah%	<u>2008</u>	ah%	<u>2007</u>
Dívidas de curto prazo					
Moeda Nacional	65.126	8,3	60.147	73,4	34.683
Moeda estrangeira	<u>69.955</u>	17,0	<u>59.811</u>	67,0	<u>35.813</u>
Total curto prazo	<u>135.081</u>	12,6	<u>119.958</u>	70,2	<u>70.496</u>
Dívidas de longo prazo					
Moeda Nacional	64.126	(4,9)	67.401	25,1	53.874
Moeda estrangeira	<u>104.599</u>	(44,6)	<u>188.823</u>	39,8	<u>135.052</u>
Total longo prazo	<u>168.725</u>	(34,1)	<u>256.224</u>	35,6	<u>188.926</u>
Total de dividas	<u>303.806</u>	(19,2)	<u>376.182</u>	45,0	<u>259.422</u>
(-) Disponibilidades	15.227	223,3	4.710	(92,1)	59.542
Dívida líquida	<u>288.579</u>	(22,3)	<u>371.472</u>	85,8	<u>199.880</u>
Patrimônio líquido	90.104	80,4	49.943	(50,5)	100.936
Capital social realizado	63.381	-	63.381	-	63.381



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

i) A tabela abaixo mostra o endividamento bancário da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007.

	2009	2008	2007	
Circulante				
Moeda nacional				
FINAME	12.947	16.623	12.148	a)
Capital de giro	50.301	35.144	16.897	b)
Leasing financeiro	1.572	1.412	-	c)
Total moeda nacional	64.820	53.179	29.045	
Moeda estrangeira				
Leasing financeiro	2.297	3.084	-	d)
Adiantamento de contrato de câmbio	7.339	23.311	9.974	e)
Banco Votorantim	3.122	4.239	2.500	f)
Banco Itaú BBA	11.511	17.543	4.106	g)
DF Deutsche Forfait s.r.o.	375	928	359	h)
Toronto Dominion Bank	324	434	328	i)
Banco Credit Suisse	34.273	4.133	13.144	j)
Banco C.I.T.	972	1.257	756	k)
Banco Santander Real	1.536	2.180	-	l)
Banco Santander	2.074	2.702	4.646	m)
Banco Santander Pré pagto.de exportação	6.132	-	-	n)
Total moeda estrangeira	69.955	59.811	35.813	
Total do circulante	134.775	112.990	64.858	
Não Circulante				
Moeda nacional				
FINAME	25.807	31.656	32.329	a)
Capital de giro	37.900	32.832	6.922	b)
Leasing financeiro	419	1.752	-	c)
Total moeda nacional	64.126	66.240	39.251	
Moeda estrangeira				
Leasing financeiro	6.800	12.490	-	d)
Banco Votorantim	1.261	5.946	1.250	f)
Banco Itaú BBA	4.796	-	-	g)
DF Deutsche Forfait s.r.o.	375	464	1.076	h)
Toronto Dominion Bank	485	1.086	1.148	i)
Banco Credit Suisse	77.115	148.240	111.721	j)
Banco C.I.T.	1.944	3.771	3.025	k)
Banco Santander Real	4.609	8.720	8.143	l)
Banco Santander	4.148	8.106	8.689	m)
Banco Santander Pré pagto.de exportação	3.066	-	-	n)
Total moeda estrangeira	104.599	188.823	135.052	
Total do não circulante	168.725	255.063	174.303	
Total	303.500	368.053	239.161	



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Estão apresentados abaixo, os índices de atualização dos empréstimos, bem como sua exigibilidade e vencimento final de cada um, na data base 31 de dezembro de 2009.

Empréstimos em moeda nacional:

- a) Finame - estão sujeitos a juros que variam entre 2,0% e 8,5% a.a., acrescidos da TJLP, com vencimento final em 2019.
- b) Capital de Giro - estão sujeitos a juros que variam entre 120,0% e 223,0% do CDI, com vencimento final no primeiro semestre de 2012.
- c) Leasing Financeiro – estão sujeitos a juros que variam entre 1,12% e 1,86% a.m. com vencimento final em 2011.

Empréstimos em moeda estrangeira:

Os empréstimos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2009 estão atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros que variam entre 3,25% a.a. e 12,25% a.a.

- d) Leasing Financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2013.
- e) Os adiantamentos de contrato de câmbio são atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro e têm suas faturas fixadas para liquidação até outubro de 2010.
- f) Banco Votorantim S.A., atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais e semestrais com vencimento final em 2011.
- g) Banco Itaú BBA S.A., atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas mensais a partir de janeiro de 2010 com vencimento final em 2011.
- h) DF Deutsche Forfait s.r.o, atualizável pela variação cambial do euro e pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2011.
- i) Toronto Dominion Bank, atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2011.
- j) Banco Credit Suisse, atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2013, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação. O financiamento foi contratado conforme aprovação do Conselho de Administração está sendo destinado ao financiamento das exportações, ao alongamento da dívida e a implementação do plano de investimentos 2007/2008 da Companhia.
- k) Banco C.I.T., atualizável pela variação cambial do euro e pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2012.
- l) Banco Santander Real, atualizável pela variação cambial do euro e pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

m) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do euro e pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2012.

n) Banco Santander P.P.E.- Pré pagamento de exportação – atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2011.

A Companhia ofereceu em garantia aval dos controladores ou hipotecas de bens ou alienação fiduciária e/ou o conjunto de duas destas de acordo com cada contrato.

Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantias imóveis e florestas da empresa subsidiária Habitasul Florestal S.A., alguns terrenos com suas respectivas florestas da Celulose Irani S.A., máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba – SP, caldeira 11 marca HPB-Sermatec Mod. VS-500, ações que a Irani Participações S.A. detém da Companhia e alienação fiduciária de alguns equipamentos da unidade Papel.

Em garantia a operação do Banco Santander Real foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Co-Geração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

ii) Não se aplica

iii) Não se aplica

iv) Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, conforme abaixo:

Banco Santander Real (verificação realizada somente no final de cada exercício).

- a) Margem de EBITDA igual ou maior a 11% em 2007 e 17% de 2008 a 2013;
- b) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 6 vezes em 2007 e de 3 vezes de 2008 a 2013;
- c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível;

Banco Credit Suisse

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 6,50 vezes para o dezembro de 2008; 6,50 vezes para o primeiro trimestre de 2009; 5,00 vezes para o segundo trimestre de 2009; 4,00 vezes para o terceiro trimestre de 2009; 3,50 vezes para o quarto trimestre de 2009; 3,00 vezes para o primeiro trimestre de 2010; 2,75 vezes para o segundo trimestre de 2010 e 2,50 vezes para os trimestres fiscais subsequentes até 2013.
- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de no mínimo 0,75 vezes para dezembro de 2008 e para o primeiro e segundo trimestres de 2009; 1,0 vezes



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM n° 480 e 481/09)

- para o terceiro trimestre de 2009; 1,5 vezes para o quarto trimestre de 2009; 2,0 vezes para o primeiro trimestre de 2010; 2,5 vezes para o segundo trimestre de 2010 e de 3 vezes para os trimestres fiscais subseqüentes até 2013;
- c) Dívida líquida ao final de cada ano fiscal não poderá exceder US\$ 170 milhões (cento e setenta milhões de dólares). Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.
 - d) Os gastos com investimentos não poderão ser superiores a 50% do valor da Depreciação somada a Exaustão e Amortização para o ano de 2009 e não superiores a 75% para os anos de 2010 a 2013. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.
 - e) Restrição ao pagamento de dividendo superior ao mínimo legal de 25% previsto no Estatuto Social;

Banco Votorantim (índices válidos a partir de 31 de dezembro de 2009).

- a) Os investimentos em ativo fixo ficarão por dois anos limitados ao valor da reversão da depreciação e exaustão;
- b) Relação dívida líquida sobre EBITDA deverá ser igual ou inferior a 4 vezes ao final do exercício de 2009, 3,5 vezes ao final do exercício de 2010 e de 2,5 vezes ao final do exercício de 2011;
- c) A margem do EBITDA (EBITDA/ROL) para os exercícios de 2009 a 2013 deverá ser de no mínimo 16,50%;

A Companhia atingiu todos os índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Votorantim e Banco Credit Suisse. O índice de relação dívida líquida sobre EBITDA, exigido para o Banco Santander Real não foi atingido em 31 de dezembro de 2009, para tanto a Companhia solicitou e obteve, em 2009, anuência temporária ('waiver') do credor para este índice. Os demais índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Santander Real foram integralmente atingidos.

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida

Os contratos de financiamentos junto ao BNDES (Finame) e alguns contratos de empréstimos e financiamentos juntos a diversas instituições financeiras possuem restrições quanto a alteração do controle societário da Companhia, bem como restrições a fusão, incorporação, dissolução ou cisão da Companhia e suas subsidiárias.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possuía R\$ 330 milhões de limites de crédito em 31.12.2009, sendo que R\$ 303 milhões estavam contratados e estão registrados na sua posição de endividamento naquela data.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários, e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que atualizaram a legislação societária e fiscal brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO, REFERENTES AOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009, 2008 e 2007

	2009	ah%	2008	ah%	2007
RECEITA BRUTA DE VENDAS DE PRODUTOS	482.978	(0,5)	485.632	10,3	440.347
Deduções de vendas	<u>(102.192)</u>	5,1	<u>(97.241)</u>	8,1	<u>(89.947)</u>
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	380.786	(2,0)	388.391	10,8	350.400
Custo dos produtos vendidos	<u>(288.026)</u>	(3,3)	<u>(297.894)</u>	14,3	<u>(260.637)</u>
LUCRO BRUTO	92.760	2,5	90.497	0,8	89.763
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	(38.188)	(6,0)	(40.605)	20,9	(33.575)
Gerais e administrativas	(36.771)	(4,4)	(38.447)	16,6	(32.983)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	12.588	(113,8)	(91.189)	(4.942,8)	1.883
Outras receitas operacionais	58.386	341,2	13.234	245,9	3.826
Outras despesas operacionais	<u>(18.071)</u>	20,2	<u>(15.028)</u>	119,5	<u>(6.848)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS E DAS PARTICIPAÇÕES DE ADMINISTRADORES E ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	<u>70.704</u>	(186,7)	<u>(81.538)</u>	(469,5)	<u>22.066</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(437)	45,2	(301)	(96,9)	(9.587)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.197)	(193,9)	27.913	608,1	3.942
Participação dos administradores	-	(100,0)	(310)	(83,0)	(1.827)
Participação de acionistas minoritários	<u>(1)</u>	(107,7)	<u>13</u>	1.200,0	<u>1</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>44.069</u>	(181,3)	<u>(54.223)</u>	(471,5)	<u>14.595</u>



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Análise Comparativa dos períodos da sociedade encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007

Abaixo, segue a análise comparativa da evolução das principais contas que compõem as demonstrações do resultado consolidado encerrado em 31 de dezembro de 2009, de 2008 e de 2007.

Receita Operacional Bruta de Vendas

A receita operacional bruta de vendas reduziu 0,5% passando de R\$ 485.632 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 482.978 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Esse bom desempenho verificado pela Companhia num período em que as empresas em geral sofreram muito os efeitos da crise mundial ocorreu em virtude, principalmente, dos aumentos de produtividade e de vendas das fábricas de embalagens em suas duas plantas: em Indaiatuba (SP) onde a nova fábrica foi implantada durante o ano de 2008 e, em Vargem Bonita (SC), onde investimentos em atualização tecnológica e aumento de capacidade também foram finalizados durante o ano de 2008. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a receita operacional bruta somou R\$ 440.347.

Impostos, devoluções e abatimento

Entre 2009 e 2008, ocorreu um aumento de 5,1% ocasionado por operações pontuais de devoluções e ainda pelo aumento da proporção de vendas no mercado interno em relação ao mercado externo, já entre 2008 e 2007, houve aumento de 8,1% alinhado ao crescimento da receita bruta de vendas no mesmo período.

Receita Líquida

Em 2009 a receita líquida reduziu 2,0% em relação a 2008 somando R\$ 380.786, em função da crise financeira, enquanto que entre 2008 e 2007 ocorreu um crescimento de 10,8%, seguindo as mesmas tendências de Receita bruta e Deduções de vendas.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Custo dos Produtos Vendidos

Os custos dos produtos vendidos apresentaram em 2009 queda em relação a 2008 de 3,3%, verificados pela queda da Receita Líquida e principalmente pela captura dos benefícios dos investimentos do Projeto Superação finalizados em 2008. Já em 2008 os custos analisados comparativamente ao ano de 2007 apresentaram acréscimo de 14,3% e refletem as oscilações dos volumes de venda que também cresceram no mesmo período. Ainda em 2008 os custos foram afetados pelas obras do Projeto Superação, que significaram inúmeros custos não recorrentes, como indenizações trabalhistas na substituição dos funcionários devido a transferência da fábrica de Santana de Parnaíba – SP para Indaiatuba - SP, operação simultânea das duas plantas durante 2 meses no período de transição, parada superior a 30 dias da máquina de Papel 5 para a implementação da modernização, e pela curva de aprendizado do projeto.

Lucro Bruto

O lucro bruto consolidado de 2009, mesmo em meio a crise financeira, aumentou 2,5% comparando com o ano anterior, em função da captura dos benefícios do Projeto Superação, e cresceu em 0,8% no ano de 2008 em relação ao ano de 2007.

Despesas Operacionais com Vendas

As despesas com vendas apresentaram em 2009 uma redução de 6,0% em relação a 2008, alinhado as reduções de volumes de vendas apresentadas no período e as estratégias da Companhia de redução de custos. Já em 2008 em relação a 2007 houve um acréscimo de 20,9%, principalmente em relação ao volume de vendas também acrescido no mesmo período.

Despesas Operacionais gerais e administrativas

As despesas operacionais gerais e administrativas em 2009 foram 4,4% menores em relação a 2008, também alinhadas as estratégias de reduções de custos em todas as operações da Companhia. Entre 2008 e 2007 a variação foi de aumento de 16,6%.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Resultado financeiro

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	269	1.268	6.018
Juros	1.165	175	693
Descontos obtidos	514	395	758
Descontos s/ amort. antec. empréstimo	-	777	-
	<u>1.948</u>	<u>2.615</u>	<u>7.469</u>
Variação cambial			
Variação cambial ativa	73.590	34.131	37.382
Variação cambial passiva	<u>(14.774)</u>	<u>(95.972)</u>	<u>(13.754)</u>
Variação cambial líquida	<u>58.816</u>	<u>(61.841)</u>	<u>23.628</u>
Despesas financeiras			
Juros	(43.976)	(30.530)	(25.001)
Descontos concedidos	(928)	(193)	(202)
Deságios/despesas bancárias	(2.971)	(630)	(776)
CPMF	-	-	(2.533)
Outros	(301)	(610)	(702)
	<u>(48.176)</u>	<u>(31.963)</u>	<u>(29.214)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>12.588</u></u>	<u><u>(91.189)</u></u>	<u><u>1.883</u></u>

O Resultado financeiro está afetado pela oscilação do Dólar e do EURO que são base de atualização de determinados financiamentos da Companhia, o que ocasiona efeitos de variação cambial ativa e passiva no decorrer dos anos avaliados.

Também no comparativo dos mesmos exercícios, verifica-se o crescimento das despesas financeiras, notadamente afetadas pelo aumento dos empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia para os investimentos realizados no período e também para suprir as necessidades de capital de giro.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Outras receitas operacionais

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receita de bens alienados	29.344	1.527	1.081
Benefícios parcelamento REFIS	18.367	-	-
Vendas créditos de carbono	4.314	6.652	1.851
Estorno de contingências	4.211	-	
Outras receitas operacionais	1.423	1.071	894
Créditos extemporâneos PIS, COFINS e ICMS	727	1.145	-
Grupamento de ações	-	1.317	-
Termo de quitação Brasil Telecom S.A.	-	1.044	-
Provisão redução PAES RFB	-	478	-
	<u>58.386</u>	<u>13.234</u>	<u>3.826</u>

Receita de bens alienados: Em 28 de setembro de 2009, a Companhia realizou a venda de 3.284,78 hectares de terras localizadas no município de Caçador, estado de Santa Catarina para Florestal Itaquari – Florestamento e Reflorestamento Ltda por R\$ 27,5 milhões. Nos imóveis vendidos a Companhia cultivava pinus.

Benefícios parcelamento REFIS: Refere-se a benefícios auferidos por meio do recálculo e reduções concedidas na Lei 11.941/2009 em decorrência da migração dos parcelamentos anteriormente adotados pela Companhia perante a Previdência Social e a Receita Federal do Brasil, e na MP 470/2009 em decorrência da sua utilização para liquidação de débitos federais objeto de autos de infração.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Outras despesas operacionais

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Provisão IPI extemporâneo	(6.836)	-	-
Custo dos Bens alienados	(6.202)	(501)	(728)
Outras despesas operacionais	(2.996)	(1.273)	(1.397)
Intermediação venda crédito de carbono	(1.068)	(1.529)	(579)
Provisão contingências civeis e trabalhistas	(580)	(460)	(398)
Amortização do diferido	(389)	(827)	-
Baixa diferido	-	(1.731)	-
Indenização trabalhista	-	(3.955)	-
Amortização ágio Habitasul Florestal	-	(4.192)	(3.746)
Provisão para impostos diferidos	-	(560)	-
	<u>(18.071)</u>	<u>(15.028)</u>	<u>(6.848)</u>

Lucro (prejuízo) operacional

O lucro (prejuízo) operacional foi de R\$ 70.704 em 2009, R\$ (81.538) em 2008, e R\$ 22.066 no ano de 2007.

Imposto de Renda e Contribuição Social – Reconciliação da Taxa Efetiva dos Impostos

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Resultado antes dos impostos	70.704	(81.538)	22.066
Alíquota Básica	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	<u>(24.039)</u>	<u>27.723</u>	<u>(7.502)</u>
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:			
Equivalência patrimonial	-	-	-
RTT - Ajustes do Regime Tributário de Transição	119	(99)	-
Efeito opção parcelamento REFIS	(3.663)	-	-
Juro sobre capital próprio	-	-	1.445
Outras diferenças permanentes	949	(12)	412
	<u>(26.634)</u>	<u>27.612</u>	<u>(5.645)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(437)	(301)	(9.587)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(26.197)	27.913	3.942



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

A Companhia apresentou um lucro de R\$ 44.069 em 2009, prejuízo de R\$ (54.223) em 2008, e lucro R\$ 14.595 em 2007.

Principais Variações nas Contas Patrimoniais

ATIVO	2009	ah%	2008	ah%	2007
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3.025	120,8	1.370	(97,7)	59.542
Contas a receber de clientes	61.457	24,5	49.364	3,6	47.655
Estoques	32.659	(8,3)	35.616	13,6	31.346
Impostos a recuperar	6.775	(47,0)	12.789	113,3	5.996
Imposto de renda e contribuição social diferidos	576	(80,0)	2.884	-	-
Bancos conta vinculada	12.202	265,3	3.340	-	-
Outras contas a receber	10.948	14,6	9.551	147,3	3.862
	<u>127.642</u>	<u>11,1</u>	<u>114.914</u>	<u>(22,6)</u>	<u>148.401</u>
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Impostos a recuperar	5.038	(38,3)	8.169	19,3	6.845
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.397	(68,3)	42.288	141,6	17.506
Outras contas a receber	1.664	587,6	242	15,2	210
Investimentos	937	-	-	-	-
Imobilizado	337.005	(7,1)	362.832	36,8	265.191
Intangível	33.543	-	33.543	(11,1)	37.736
Diferido	1.163	(25,1)	1.552	(62,2)	4.102
	<u>392.747</u>	<u>(12,5)</u>	<u>448.626</u>	<u>35,3</u>	<u>331.590</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>520.389</u>	<u>(7,7)</u>	<u>563.540</u>	<u>17,4</u>	<u>479.991</u>



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Caixa e equivalentes de caixa

	2009	2008	2007
Fundo fixo	20	52	238
Bancos	3.005	1.318	913
Aplicações financeiras	-	-	58.391
	3.025	1.370	59.542

O valor de Aplicações financeiras demonstrado em 2007 se referia a recursos captados para investimentos do Projeto Superação finalizados em 2008.

Contas a receber de clientes

A composição de contas a receber de clientes incluindo os prazos de vencimento estão apresentados conforme abaixo:

	2009	2008	2007
Contas a receber de:			
Clientes - mercado interno	63.273	52.386	51.902
Clientes - mercado externo	4.241	7.664	6.673
	67.514	60.050	58.575
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.042)	(5.855)	(3.906)
Operação de vendedor em aberto		(3.334)	(7.014)
Duplicatas descontadas	(15)	(1.497)	-
	61.457	49.364	47.655

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2009	2008	2007
À vencer	55.979	47.852	47.429
Vencidos até 30 dias	3.612	5.550	3.369
Vencidos de 31 a 60 dias	1.000	309	748
Vencidos de 61 a 90 dias	139	97	1.139
Vencidos de 91 a 180 dias	78	164	1.307
Vencidos há mais de 180 dias	6.706	6.078	4.583
	67.514	60.050	58.575



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Estoques

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Produtos acabados	6.475	12.120	9.501
Materiais de produção	16.684	14.999	15.492
Materiais de consumo	9.333	7.744	4.785
Estoque no exterior	-	437	313
Outros estoques	167	316	1.255
	<u>32.659</u>	<u>35.616</u>	<u>31.346</u>

Os níveis de estoques apresentados se mantêm em patamares razoáveis, e representam adequadamente a posição ao final de cada ano.

Impostos a recuperar

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
ICMS sobre aquisição de imobilizado	8.169	12.043	9.481
ICMS	984	1.382	488
IPI	557	538	552
Imposto de renda	1.529	4.681	1.389
Contribuição social	559	1.719	317
Outros	15	595	614
	<u>11.813</u>	<u>20.958</u>	<u>12.841</u>
Parcela do circulante	6.775	12.789	5.996
Parcela do não circulante	5.038	8.169	6.845

As principais movimentações de impostos a recuperar estão apresentadas em ICMS sobre aquisição de imobilizado que teve aumento no ano de 2008 em relação a 2007, por ser este período em que foram adquiridos os grandes investimentos do Projeto Superação, e que diminuiu em 2009 pela sua utilização conforme regras permitidas de seu creditamento.

Também em relação a Imposto de Renda e Contribuição social, os valores de 2008 se referiam a saldos a recuperar que foram utilizados em 2009 na forma de compensação com outros impostos federais.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Bancos Conta Vinculada

É representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao Banco Credit Suisse, equivalente a 1/3 (um terço) do valor da parcela vincenda em fevereiro de 2010, e pelo valor relativos a 30% do valor de alienação de terras localizadas no município de Caçador – SC, liberado em 12 de fevereiro de 2010 quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA aprovou o georeferenciamento da referida área

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Conta vinculada Banco Credit Suisse	3.803	3.340	-
Alienação de terras	8.399	-	-
	<u>12.202</u>	<u>3.340</u>	<u>-</u>

Outras contas a Receber

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Créditos de carbono	3.726	5.010	679
Adiantamento a fornecedor	921	1.311	1.595
Brasil Telecom S.A.	-	820	-
Créditos de funcionários	619	834	377
Renegociação de clientes	3.123	655	558
Despesas antecipadas	2.119	591	444
Outros créditos	2.104	572	209
	<u>12.612</u>	<u>9.793</u>	<u>3.862</u>
Parcela do circulante	10.948	9.551	3.862
Parcela do não circulante	1.664	242	-



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Imposto de renda diferido ativo			
Sobre provisões temporárias	5.870	13.035	11.824
Sobre amortização de ágio	2.096	2.096	1.048
Sobre prejuízo fiscal	2.308	18.082	-
Contribuição social diferida ativa			
Sobre provisões temporárias	2.114	4.694	4.257
Sobre amortização de ágio	754	755	377
Sobre base de cálculo negativa	831	6.510	-
	<u>13.973</u>	<u>45.172</u>	<u>17.506</u>
Parcela do circulante	576	2.884	-
Parcela do não circulante	13.397	42.288	17.506

A Companhia, de acordo com a Instrução CVM nº. 371, registrou ativo fiscal diferido relativo a imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Com relação aos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, a Companhia aproveitou o valor de R\$ 23.306 para compensar parcelamentos pelo benefício concedido na Lei 11.941/09 e MP 470/09 e o saldo remanescente do crédito em dezembro de 2009 é de R\$ 3.139 (R\$ 24.592 em dezembro de 2008), a realização desses créditos será efetuada pela geração de lucros futuros.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Imobilizado

	Taxa	2009	2008	2007
Terrenos	-	26.942	28.164	28.033
Prédios e construções	4%	50.043	40.699	32.386
Equipamentos e instalações	10 a 20%	170.526	177.743	70.960
Florestamento e reflorestamento	(*)	42.815	46.089	43.573
Veículos e tratores	20%	416	537	484
Outras imobilizações	10 a 20%	33	-	-
Imobilizações em andamento	-	4.071	28.635	64.495
Adiantamento fornec. de imobilizado	-	6.896	2.365	25.260
Bens contratados em leasing financeiro	10 a 25%	19.952	22.646	-
Imobilizações em imóveis de terceiros	4%	15.311	15.954	-
		<u>337.005</u>	<u>362.832</u>	<u>265.191</u>

Reavaliação nas contas do imobilizado

Valor residual	2009	2008	2007
Terrenos	10.385	11.677	11.677
Prédios e construções	5.789	6.069	6.610
Florestamento e reflorestamento	214	470	660
	<u>16.388</u>	<u>18.216</u>	<u>18.947</u>

As principais variações no ativo imobilizado foram geradas em consequência dos investimentos realizados em 2007 e principalmente em 2008.

Intangível

	2009	2008	2007
Ágio em controladas	41.482	41.482	41.482
Amortização acumulada	<u>(7.939)</u>	<u>(7.939)</u>	<u>(3.746)</u>
Saldo final	<u>33.543</u>	<u>33.543</u>	<u>37.736</u>



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Diferido

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Unidade Móveis	1.250	1.250	2.981
Unidade Embalagem Indaiatuba - SP	1.121	1.121	1.121
Amortização acumulada	(1.208)	(819)	-
	<u>1.163</u>	<u>1.552</u>	<u>4.102</u>



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	ah%	2008	ah%	2007
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	134.775	19,3	112.990	74,2	64.858
Fornecedores	37.352	(10,0)	41.482	21,2	34.224
Obrigações sociais e previdenciárias	7.184	3,0	6.974	0,4	6.944
Obrigações tributárias	7.826	21,6	6.434	76,5	3.645
Provisão para contingências	1.038	(78,3)	4.777	-	-
Parcelamentos tributários	3.620	(6,7)	3.880	12,4	3.451
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.422	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	1.547	(4,9)	1.626	281,7	426
Partes relacionadas	306	(95,6)	6.968	23,6	5.638
Dividendos a pagar	3.872	12.000,0	32	(56,8)	74
Outras contas a pagar	7.486	43,9	5.203	(24,5)	6.888
	<u>212.428</u>	<u>11,6</u>	<u>190.366</u>	<u>50,9</u>	<u>126.148</u>
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	168.725	(33,8)	255.063	46,3	174.303
Partes relacionadas	-	(100,0)	1.161	(92,1)	14.623
Provisão para contingências	20.094	(61,6)	52.387	12,9	46.400
Parcelamentos tributários	14.292	15,3	12.397	(17,9)	15.105
Impostos diferidos sobre reavaliação	2.009	(9,6)	2.223	(10,1)	2.472
Obrigações Tributárias	588	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.048	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.098	-	-	-	-
	<u>217.854</u>	<u>(32,6)</u>	<u>323.231</u>	<u>27,8</u>	<u>252.903</u>
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	<u>3</u>	-	<u>-</u>	-	<u>4</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	63.381	-	63.381	-	63.381
Ações em tesouraria	(80)	81,8	(44)	(86,3)	(321)
Reserva de reavaliação	14.379	(10,1)	15.993	(2,9)	16.476
Reserva legal	814	-	-	-	2.698
Reserva de retenção de lucros	11.610	-	-	-	18.702
Prejuízos Acumulados	-	(100,0)	(29.387)	-	-
	<u>90.104</u>	<u>80,4</u>	<u>49.943</u>	<u>(50,5)</u>	<u>100.936</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u><u>520.389</u></u>	<u><u>(7,7)</u></u>	<u><u>563.540</u></u>	<u><u>17,4</u></u>	<u><u>479.991</u></u>



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Empréstimos e Financiamentos

As variações de empréstimos e financiamentos estão representadas no item 10.1. Comentários dos Diretores sobre: f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

Fornecedores

CIRCULANTE	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Interno			
Materiais	28.077	25.909	23.971
Ativo imobilizado	658	1.956	2.899
Prestador de serviços	2.823	5.089	2.941
Transportadores	4.735	5.122	2.742
Partes relacionadas	802	-	-
Externo	-		
Materiais	257	3.406	1.671
	<u>37.352</u>	<u>41.482</u>	<u>34.224</u>

Parcelamentos Tributários

CIRCULANTE

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Parcelamento REFIS INSS	1.226	1.354	1.295
Parcelamento REFIS Receita Federal	1.407	1.580	1.964
Parcelamento ICMS	970	931	188
Parcelamento IRPJ e CSLL	17	15	4
	<u>3.620</u>	<u>3.880</u>	<u>3.451</u>

NÃO CIRCULANTE

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Parcelamento REFIS INSS	1.137	5.158	6.231
Parcelamento REFIS Receita Federal	9.274	7.225	8.859
Parcelamento ICMS	3.881	-	15
Parcelamento CSLL	-	14	-
	<u>14.292</u>	<u>12.397</u>	<u>15.105</u>



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Em novembro de 2009 a Companhia optou pela desistência dos parcelamentos especiais (PAES) regulados pela Lei nº 10.684/03 e optou pelo REFIS normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Em virtude desta opção ocorreram variações nessas contas de parcelamento.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Passivo

No ano de 2009 a Companhia, de acordo com a MP nº 2.158-35/2001 art. 30 adotou o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

	<u>2009</u>
Imposto de renda diferido passivo	
Variação cambial a realizar pelo	
Regime de caixa	13.618
Contribuição social diferida passiva	
Variação cambial a realizar pelo	
Regime de caixa	4.902
	<u>18.520</u>
Parcela do circulante	7.422
Parcela do não circulante	11.098

Partes Relacionadas

	<u>Contas a pagar</u>			<u>Mútuo passivo</u>		
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Irani Participações	-	38	-	-	-	-
Companhia Com.de Imóveis	149	133	-	-	-	-
Remuneração dos administradores	1.635	2.166	1.635	-	-	-
Habitasul Desen. Imob.	-	-	-	306	8.129	20.261
Total	<u>1.784</u>	<u>2.337</u>	<u>1.635</u>	<u>306</u>	<u>8.129</u>	<u>20.261</u>
Parcela circulante	<u>(1.784)</u>	<u>(2.337)</u>	<u>(1.635)</u>	<u>(306)</u>	<u>(6.968)</u>	<u>(5.638)</u>
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.161</u>	<u>14.623</u>



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Provisão para Contingências

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Provisão para contingências cíveis	7.667	7.610	7.154
Provisão para contingências trabalhistas	2.159	6.345	2.662
Provisão para contingências tributárias	18.876	50.419	43.164
(-) Depósitos judiciais	<u>(7.570)</u>	<u>(7.210)</u>	<u>(6.580)</u>
	<u>21.132</u>	<u>57.164</u>	<u>46.400</u>
Parcela do circulante	1.038	4.777	-
Parcela do não circulante	20.094	52.387	46.400

Em novembro de 2009, a Companhia optou pela liquidação de parte dos autos de infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal em novembro de 2006 referentes a créditos de IPI sobre aquisição de insumos Não Tributados e Alíquota Zero. A liquidação foi realizada pela compensação com impostos oriundos de prejuízo fiscal como determina a MP 470/09. Por este motivo o valor de Provisão para contingências tributárias apresentou redução em 2009 em relação a 2008.

10.2. Comentário dos Diretores sobre:

- a) resultados das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**
- b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**
- c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

O ano de 2008 foi marcado, no ambiente externo, pela forte crise financeira e econômica que se instalou a partir do mês de setembro e, no ambiente interno da Companhia, pela conclusão do Projeto Superação, onde foram alocados R\$ 160,8 milhões na modernização das fábricas de papel e embalagem.

A Receita Bruta da IRANI consolidada cresceu, em 2008, 10,2%. Esse crescimento verificado pela Companhia ocorreu em virtude principalmente, dos aumentos de



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

produtividade e de vendas das fábricas de embalagens em suas duas plantas: em Indaiatuba (SP) onde a nova fábrica foi implantada durante o ano de 2008 e, em Vargem Bonita (SC), onde investimentos em atualização tecnológica e aumento de capacidade também foram finalizados durante este ano. A fábrica de Papel diminuiu sua participação relativa no faturamento da Companhia, neste ano, aumentando o suprimento de papel para as fábricas de embalagens.

O dólar oscilou entre queda no primeiro semestre de 2008 e alta a partir do segundo semestre, fechando o ano com valorização de 32% sobre o fechamento de 2007. A desvalorização do real teve forte impacto no resultado da Empresa, devido à atualização dos empréstimos e financiamento denominados em dólar e em euro. Em razão da política da Companhia de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos em moeda forte equivalentes a recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção do fluxo de caixa, não gerando desencaixes expressivos ou não esperados por conta dessa mudança brusca na cotação das moedas. Neste mesmo sentido, a Companhia não teve, em 2008, perdas com derivativos cambiais, pois não opera com estes instrumentos.

A Companhia encerrou o ano com Resultado Líquido negativo de R\$ 54.2 milhões, dos quais, R\$ 61,8 milhões são referentes à variação cambial líquida. O EBITDA ajustado, no entanto teve incremento de 12,4%. O Resultado Operacional foi prejudicado, em 2008, pelas obras do Projeto Superação, que significaram inúmeros custos não recorrentes, como indenizações trabalhistas na substituição dos colaboradores devido à transferência da fábrica de Santana de Parnaíba (SP) para Indaiatuba (SP), além da operação simultânea das duas plantas durante dois meses no período de transição, parada superior a 30 dias da máquina de Papel 5 para a implementação da modernização, e pela curva de aprendizado do projeto.

O ano de 2009 ficou marcado mundialmente pela forte crise financeira e econômica iniciada em 2008. Para a Celulose Irani S.A. foi o ano da consolidação dos investimentos feitos em 2007 e 2008 e do início da captura dos seus benefícios. Em meio a crise, a Companhia teve suas margens de geração de caixa crescendo substancialmente, assim como seu market-share no segmento de papelão ondulado, resultado do novo patamar de competitividade alcançado após os investimentos. Também, em 2009, foram implementadas medidas de redução de custos em todas as unidades, buscando adequar a estrutura operacional à nova realidade trazida pela crise.

A Receita Bruta da IRANI consolidada permaneceu praticamente estável em 2009. Esse bom desempenho verificado pela Companhia num período em que as empresas em geral sofreram muito os efeitos da crise mundial ocorreu em virtude, principalmente, dos aumentos de produtividade e de vendas das fábricas de embalagens em suas duas



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

plantas: em Indaiatuba (SP) onde a nova fábrica foi implantada durante o ano de 2008 e, em Vargem Bonita (SC), onde investimentos em atualização tecnológica e aumento de capacidade também foram finalizados durante o ano de 2008. A fábrica de papel diminuiu sua participação relativa no faturamento da Companhia, aumentando o suprimento de papel para as fábricas de embalagens.

O dólar fechou com uma desvalorização de 25,5% sobre o fechamento de 2008 o que contribuiu para a redução da dívida em moeda estrangeira. Em razão da política da Companhia de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos em moeda forte equivalentes a recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção natural do fluxo de caixa, não gerando descaixes adicionais ou não esperados por conta dessa mudança brusca na cotação das moedas. Neste mesmo sentido, a Companhia não teve, em 2009, perdas com derivativos cambiais, pois não opera com estes instrumentos.

O Resultado Líquido de 2009 foi de R\$ 44.069 mil, ajudado por R\$ 58.823 mil referentes à variação cambial líquida positiva do período. O EBITDA ajustado teve incremento de 58,6 % no comparativo com 2008, mostrando uma melhora significativa na capacidade de geração de resultado operacional. A margem EBITDA passou de 15,1% em 2008 para 24,6% em 2009. Com isso, a relação dívida líquida/EBITDA que era de 6,35 vezes em 2008, passou para 3,11 vezes em 2009.

O resultado líquido da Companhia é fortemente afetado pela volatilidade do câmbio. A Companhia mantém empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira onde suas liquidações são equivalentes aos recebimentos em moeda estrangeira, de modo que o fluxo de caixa, nestas moedas, seja equilibrado. No entanto, devido a volatilidade das moedas estrangeiras em relação ao Real, que são usadas para atualizar o estoque da dívida denominados nestas moedas, ocorre a contabilização de valores relevantes, positivos e negativos, na conta de variação cambial. Esta contabilização, de efeito apenas econômico, provoca impactos significativos nos resultados da Companhia.

10.3. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou segmento operacional.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária relevante com impactos nas suas demonstrações financeiras durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007, 31 de dezembro de 2008. Em 2009, a Companhia aumentou o capital de sua subsidiária integral Irani Trading pelo aporte de um imóvel industrial no montante de R\$ 38.172, com a finalidade de captar recursos através de uma oferta pública de certificado de recebíveis imobiliários lastreado no contrato de locação”.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Durante 2009 foram emitidos 26 novos pronunciamentos técnicos e 12 interpretações técnicas, pelo CPC aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010.

A Administração da Companhia optou pela aplicação integral dos novos pronunciamentos apenas em 2010 e estima que os seguintes pronunciamentos poderão gerar impactos nas suas demonstrações financeiras:

- Ativo imobilizado (CPC 27 e ICPC 10) – A Companhia estima que o valor justo das terras tenha como efeito em 31 de dezembro de 2009, aumento do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 142.243, aumento do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 93.880, e aumento dos Impostos Diferidos Passivos no valor de R\$ 48.363.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

- Ativo biológico (CPC 29) – A Companhia estima que o valor justo dos Ativos Biológicos tenha como efeitos em 31 de dezembro de 2009, aumento do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 147.633, aumento do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 113.941, e aumento dos Impostos Diferidos Passivos no valor de R\$ 33.692.
- Divulgação da demonstração do resultado abrangente (CPC 26)
- Divulgação de informações por segmento (CPC 22)

Para os demais Pronunciamentos, a Administração da Companhia e de suas controladas está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia deverá avaliar a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia efetuou em 1º de janeiro de 2008 ajustes relativos a exercícios anteriores no Patrimônio Líquido no montante de R\$ 2.766 em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM 554/08 – Operações de arrendamento mercantil - (leasing financeiro) conforme segue:

Arrendamento mercantil - leasing financeiro

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Aumento ativo imobilizado	7.893
Aumento passivo circulante	2.620
Aumento passivo exigível a longo prazo	2.507
Aumento patrimônio líquido	2.766



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer de auditoria emitido sobre as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 inclui parágrafo de ênfase sobre o fato de que, em decorrência das mudanças nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações de 2009 inclui parágrafo de ênfase sobre a adoção das normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), ressaltando que exceto pela não apresentação comparativa da reconciliação para o IFRS, as informações relativas à natureza e aos efeitos de tais diferenças nas práticas contábeis estão apresentadas em nota explicativa. E que conforme mencionado em nota explicativa, a reconciliação das diferenças entre o patrimônio líquido e o lucro líquido determinados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as IFRS não representa uma adoção na íntegra de IFRS, pois a Companhia não apresentou demonstrações financeiras completas de acordo com as IFRS, de forma a incluir todas as divulgações necessárias, e não afirmou o pleno atendimento às IFRS; portanto, em uma futura apresentação de demonstrações financeiras completas de acordo com o IFRS, os saldos de abertura do patrimônio líquido apresentados nesta reconciliação poderão ser diferentes.

10.5. Comentário dos Diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia e de suas controladas, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações financeiras são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

10.6. Comentário dos Diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Os registros das transações e dos negócios efetuados pela Companhia são efetuados pelo sistema de gestão informatizado que respeita as regras de negócio estabelecidas e zela pela consistência dos controles. Desta forma, a administração da Companhia entende que cumpre com as exigências sendo que o grau de eficiência de seus controles internos é considerado adequado.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve deficiências e recomendações relevantes sobre os controles internos no relatório dos auditores independentes.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

10.7. Comentário dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários: a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

A Companhia realizou uma oferta pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI a qual não foi concluída devido às condições do mercado. Desta forma requereu-se o cancelamento da oferta que foi deferido em 02 de março de 2010.

10.8. Comentários dos Diretores sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando: a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, transação, obrigação ou outros tipos de compromissos que não estejam contabilizados em suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia mantém contrato de *Upside* com o Banco Credit Suisse, com vigência até fevereiro de 2013, que prevê remuneração ao banco em caso de troca de controle, oferta ou venda de ações superior a 10% do número total de ações existentes em fevereiro de 2007.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

10.9 Comentário dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8: a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia; b) natureza e o propósito da operação; c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

- a) O pagamento do *Upside*, se ocorrer, poderá afetar as despesas financeiras da Companhia;
- b) O contrato de *Upside* teve como objetivo viabilizar o financiamento dos investimentos para expansão dos negócios da Companhia realizados em 2007 e 2008 (Projeto Superação).
- c) Não é possível determinar o montante das obrigações, uma vez que elas podem não ocorrer ou, se ocorrerem, dependem diretamente das condições dos eventos que a fizeram acontecer. A decisão sobre a ocorrência ou não destes eventos é exclusiva da administração da Companhia. Os direitos gerados se referem a contratação de financiamento para expansão dos negócios da Companhia, que possibilitaram a consecução da sua estratégia de crescimento.

10.10 Comentário dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos realizados contabilmente nos três últimos exercícios apresentaram-se como segue:

	2009	2008	2007
Prédios e Construções	R\$ 1.704 mil	R\$ 26.746 mil	R\$ 1.201 mil
Equipamento e Instalações	R\$ 14.640 mil	R\$ 68.969 mil	R\$ 91.397 mil
Bens em arrendamento mercantil	R\$ 366 mil	R\$ 26.385 mil	-
Florestamento e Reflorestamento	R\$ 3.587 mil	R\$ 6.321 mil	R\$ 5.526 mil
Total	R\$ 20.297 mil	R\$ 128.421 mil	R\$ 98.124 mil



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

Nos anos de 2007 e 2008 foram realizados os maiores investimentos da história da Celulose Irani S.A., denominado Projeto Superação. Os principais investimentos foram direcionados para a Unidade Papel em Vargem Bonita, SC, Unidade Embalagem de Indaiatuba, SP e para a Unidade Embalagem de Vargem Bonita, SC.

O Projeto Superação foi finalizado no exercício de 2008 e os valores totais investidos foram de R\$ 160,8 milhões, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Em R\$ milhões				
<i>Local do Investimento</i>	<i>Desembolso 2008</i>	<i>Desembolso 2007</i>	<i>A Desembolsar</i>	<i>Total</i>
Unidade Papel, SC	R\$ 58,4	R\$ 31,6	R\$ 3,4	R\$ 93,4
Unidade Embalagem, SP	R\$ 24,2	R\$ 27,3	-	R\$ 51,5
Unidade Embalagem, SC	R\$ 15,8	R\$ 0,1	-	R\$ 15,9
Total	R\$ 98,4	R\$ 59,0	R\$ 3,4	R\$ 160,8

O valor aproximado de R\$ 3,4 milhões foi executado no decorrer do ano de 2009.

Os investimentos de 2009 foram direcionados basicamente para investimentos de reposição com o objetivo de manter atualizadas as fábricas e operações industriais. Para 2010 não estão previstos investimentos relevantes, sendo que este período será de consolidação e captura dos benefícios dos investimentos realizados através do Projeto Superação.

ii) fontes de financiamento dos investimentos

Em 2007 a Companhia tomou financiamento de US\$ 70 milhões junto ao Banco de Investimentos Credit Suisse, que, somados a outros financiamentos via agentes financeiros nacionais e internacionais, foram destinados a implementação do Projeto Superação durante os anos de 2007 e 2008. Os investimentos de 2009 e previstos para 2010, passíveis de financiamento, tiveram e terão como fonte instituições financeiras locais.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia estuda desmobilizar alguns de seus ativos florestais não estratégicos ou firmar parceria com investidores florestais.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM nº 480 e 481/09)

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11. Comentário dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.



Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Proposta da Administração para Distribuição de Dividendos

Os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios de 25% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal demonstrado, conforme abaixo:

	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício	44.012
Realização da reserva de reavaliação	1.614
(-) Compensação de prejuízos acumulados	(29.330)
(-) Reserva legal	(814)
Lucro base para distribuição de dividendos	15.482
Dividendos mínimos obrigatórios (25% sobre o lucro base)	
Dividendos propostos a pagar	<u>3.872</u>
Dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,47
Dividendos por ação preferencial (R\$ por ação)	0,52

1. Informar o lucro líquido do exercício

O Lucro líquido do exercício 2009 foi de R\$ 44.012 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Montante global de dividendos propostos R\$ 3.872 mil.

Dividendos por ação ordinária (R\$ por ação ON) - R\$ 0,47

Dividendos por ação preferencial (R\$ por ação PN) – R\$ 0,52

Não houve distribuição de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio para o exercício de 2009.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Está sendo proposto a distribuição de 25% de dividendos sobre o lucro líquido ajustado nos termos da lei 6.404/76.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não há distribuição com base em lucro de exercícios anteriores.



Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – ANEXO 9-1-II

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Dividendos para ações ON – R\$ 3.537 mil (0,47410 por ação)

Dividendos para ações PN – R\$ 335 mil (0,52152 por ação)

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos serão colocados a disposição dos acionistas em até 90 (noventa) dias da data da deliberação.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da Assembléia geral ordinária que deliberar a distribuição dos dividendos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não se aplica.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos



Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – ANEXO 9-1-II

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2009	2008	2007	2006
Lucro (prejuízo) líquido do exercício - em R\$ mil	44.012	(54.102)	14.718	(3.114)
Lucro (prejuízo) líquido por ação ON/PN - em R\$	5,4305	(6,6755)	1,8212	(0,4863)

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio por competência

(em R\$ mil)	2009	2008	2007	2006
Distribuição de dividendos para ações Ordinárias	3.537	-	232	709
Distribuição de dividendos para ações Preferenciais	335	-	51	67
	3.872	-	283	776
Distribuição de Juros sobre Capital Próprio para ações Ordinárias	-	-	3.327	
Distribuição de Juros sobre Capital Próprio para ações Preferenciais	-	-	286	
	-	-	3.613	-

(em R\$)	2009	2008	2007	2006
Dividendos distribuídos por ação Ordinária	0,47410	-	0,07907	0,12025
Dividendos distribuídos por ação Preferencial	0,52152	-	0,03123	0,13228
Juros sobre Capital Próprio distribuídos por ação Ordinária	-	-	0,44698	-
Juros sobre Capital Próprio distribuídos por ação Preferencial	-	-	0,44698	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Reserva Legal de R\$ 814 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é calculada conforme art. 193 da Lei 6.404/74 que determina a destinação de 5% do lucro líquido do exercício para sua constituição.



Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – ANEXO 9-1-II

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

A companhia não possui ações com direito a dividendos mínimos ou fixos.

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Do lucro líquido ajustado, será distribuída a todos os acionistas, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), assegurando-se às ações preferenciais o direito à percepção de um dividendo 10% (dez por cento) maior que o atribuído as ações ordinárias.

O valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado, por seu montante líquido do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo obrigatório previsto.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O valor do dividendo mínimo obrigatório sempre é distribuído de forma integral aos acionistas.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não se aplica.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não se aplica.

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos



Instrução CVM n°. 481, de 17 de dezembro de 2009 – ANEXO 9-1-II

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não se aplica.

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não se aplica.

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Montante destinado a reserva de retenção de lucros R\$ 11.610 mil.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Conforme orçamento programa de 2010, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 01 de dezembro de 2009.



Instrução CVM n.º. 481, de 17 de dezembro de 2009 – ANEXO 9-1-II

CELULOSE IRANI S/A.

<u>Plano de Investimentos 2010</u>	<u>em R\$ mil</u>
Investimentos Correntes Corporativo	280
Investimentos Correntes Papel	3.360
Investimentos Estratégicos Papel	1.781
Investimentos Correntes Florestal	3.360
Investimentos Correntes Embalagem SC	960
Investimentos Correntes Embalagem SP	960
Investimentos Correntes Móveis	480
Investimentos Correntes Resinas	200
<u>Total de Investimentos 2010</u>	<u>11.381</u>

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não se aplica.

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação